

Público

Património

Aluguer de monumentos
apenas representou 2%
das receitas em 2016

Preço dos alugueres pode
ir dos 50 aos 40 mil euros

Destaque 2 a 5



A Torre de Belém tem disponíveis para alugar a sala e o terraço do baluarte

DESTAQUE

MONUMENTOS

Alugueres contam pouco nas receitas do património

Termina hoje o prazo do inquérito aos estragos causados por umas filmagens no Convento de Cristo. A cedência destes espaços tornou-se um fenómeno rotineiro e lucrativo? A verdade é que não é assim tão frequente e ainda rende pouco

Luís Miguel Queirós

Uma edição do programa *Sexta às 9*, da RTP, denunciou no início deste mês alegados estragos provocados no Convento de Cristo pela equipa do realizador Terry Gilliam, autorizada a usar o monumento de Tomar, classificado desde 1983 como património da humanidade, para as filmagens de *The Man Who Killed Don Quixote*. A polémica gerada pela reportagem, segundo a qual 42 botijas de gás teriam sido levadas para o interior do convento, alimentando uma fogueira de 20 metros de altura – a tutela abriu entretanto um inquérito cujo prazo termina hoje –, veio dar súbita notoriedade à mais invisível das actividades levadas a cabo nos monumentos e museus nacionais: o aluguer de espaços para fins tão diversos como jantares, desfiles de moda ou rodagens de filmes.

Também este mês, o *Diário de Notícias* noticiou que a gestão da directora do Mosteiro dos Jerónimos, Isabel Almeida, cuja comissão de serviço terminou em Janeiro, esta-

va a ser investigada na sequência de uma auditoria que, segundo o Ministério da Cultura (MC), detectara “várias irregularidades”. E também aqui estavam em causa os alugueres. Empresas às quais foram cedidos espaços no mosteiro teriam pago mais à organização internacional World Monuments Fund, da qual Isabel Almeida é vice-presidente, do que à própria Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). E os Jerónimos teriam ainda sido utilizados para festas privadas com entrada paga sem que a tutela tivesse visto um tostão.

Se a estes dois episódios, ambos a aguardar esclarecimentos mais definitivos, somarmos a recente polémica provocada pela utilização do Museu Nacional dos Coches como cenário do VExpo – Salão Internacional do Veículo Eléctrico, Híbrido e da Mobilidade Inteligente, temos uma sucessão de casos de natureza muito diversa, mas que podem gerar a convicção de que o aluguer de espaços patrimoniais se está a tornar um fenómeno corriqueiro, nem sempre devidamente controlado, e presumivelmente lucrativo.

Acontece que, tanto quanto o PÚBLICO conseguiu apurar, quer junto

da DGPC, quer ouvindo várias personalidades com experiência no domínio do património, nenhuma destas eventuais percepções corresponde à verdade. O aluguer tem aumentado, mas está longe de ser uma prática quotidiana, e o dinheiro que gera, não sendo irrelevante, é uma percentagem pouco significativa das receitas dos monumentos e museus.

Alugueres são 2% da receita

Segundo a directora-geral do Património Cultural, os 23 museus, monumentos e palácios dependentes da DGPC cobraram em alugueres, em 2016, 419.154 euros. “Não é um valor muito alto, mas também não se alugam estes espaços todos os dias”, diz Paula Silva. “É uma actividade irregular e que vive sobretudo de jantares de empresas, *cocktails* e eventos afins.” As rodagens são menos frequentes, mas mais lucrativas: a produtora de *The Man Who Killed Don Quixote* pagou 172 mil euros pela utilização do Convento de Cristo.

Nem cenário de crónica asfixia orçamental até nem seria difícil imaginar que os alugueres pudessem estar a funcionar como um suplemento de oxigénio do qual fosse já difícil pres-



A última rodagem no Convento de Cristo foi polémica, mas mesmo para a sociedade anónima de capitais públicos que gere bens como o Palácio da Pena, em Sintra, o aluguer é só a quarta fonte de receita

DANIEL BOCHA



cindir, mas os números não o confirmam: em 2016, adianta a directora-geral, representaram apenas 2,22% de toda a receita arrecadada pelos museus e monumentos da DGPC.

Os que acreditam que os museus e monumentos devem ser cada vez mais capazes de gerar receitas próprias tenderão a lamentar que o fenómeno seja ainda tão incipiente em Portugal. Já os que temem que a generalização dos alugueres resulte na “banalização de espaços identitários”, como Maria Ramalho, presidente da comissão portuguesa do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), podem argumentar que, além do mais, os ganhos não justificam os riscos.

É certo que as receitas de bilheteira, impulsionadas pelo turismo, aumentaram muito, o que ajuda a explicar que a percentagem dos alugueres no bolo total não seja muito alta, mas mesmo em termos absolutos os proventos obtidos com a cedência de espaços, após terem dado um grande salto entre 2014 e 2015, subindo de 284.444 para 457.993 euros, até desceram ligeiramente em 2016.

Os monumentos mais requisitados em 2016 foram, por esta ordem, o Mosteiro dos Jerónimos, o Palácio da Ajuda, o Museu dos Coches e o Mosteiro de Alcobaça. Mas as receitas são centralizadas na DGPC. “A lei não permite a consignação da receita à despesa, mas uma parte acaba por ser reinvestida nos locais”, explica Paula Silva. “Há sítios com mais receita do que outros, e se as verbas ficassem onde são geradas, alguns serviços tinham de fechar.”

No Palácio Nacional da Ajuda, a procura tem aumentado e é cada vez mais internacional, diz ao PÚBLICO o director José Alberto Ribeiro, estimando que a média ande à volta de um aluguer por mês. “Cedemos salas para jantares de empresas ou galas de prémios, e é cada vez mais frequente sermos procurados por empresas, e até por universidades estrangeiras.” A tabela de preços “varia com o tipo de utilização, o horário, e as salas a usar”, explica. Quem organiza os jantares traz as mesas, as cadeiras e o *catering*, mas “há funcionários presentes do princípio ao fim”.

Sem adiantar números exactos, José Alberto Ribeiro diz que a receita dos alugueres “não é nada irrelevante” e admite que “gostaria que a lei voltasse a permitir que uma parte



MIGUEL MANSO

dela ficasse no local, até porque isso seria também um incentivo à utilização deste tipo de eventos”.

Harry Potter no Panteão

Salvo os alegados estragos agora provocados em Tomar, que se resumiriam, segundo um comunicado de Paula Silva e da directora do convento, Andreia Galvão, a “quatro fragmentos pétreos” danificados e a seis telhas partidas, não há memória de que outros alugueres tenham resultado em danos de monta. Mas a segurança não é o único factor a ter em conta. Lembrando que o despacho de 2014 (ver texto na pág. 4) “diz explicitamente que as actividades não podem colidir com a dignidade dos sítios”, Maria Ramalho diz que “há muita permissividade” e que seria de bom senso não permitir, por exemplo, “jantares privados em sítios que são património mundial”.

A arqueóloga defende que os mecenazes deveriam ser privilegiados na política de alugueres e entende que estes espaços só deveriam ser cedidos para fins culturais. “O problema é que se mistura tudo, de jantares e *cocktails* a televisão comercial.”

São raros, no entanto, os alugueres que geraram alguma polémica, e mesmo esses, por norma, dividiram opiniões. Luís Raposo, presidente do ICOM [Conselho Internacional de Museus] Europa, foi um dos que criticaram a organização da VExpo no Museu dos Coches, lamentando que se tenha levado uma iniciativa comercial para o museu, misturando uma colecção de coches única no mundo com automóveis do século XXI. Mas Paula Silva lembra que a iniciativa “tinha duração limitada” e abor-
→

419

mil euros foi a receita obtida em 2016 com o aluguer de espaços nos 23 museus, monumentos e palácios tutelados pela DGPC

“

[O aluguer de espaços] não pode ser o objectivo de uma política patrimonial, mas é um modo lúdico de nos apropriarmos do património

Paula Silva

Directora-geral do Património Cultural



“questões cívicas relevantes”, como a mobilidade sustentada.

Mesmo um episódio no qual a “colisão” com a dignidade do sítio pareceria mais óbvia, como quando a Editorial Presença recriou no Panteão o universo dos livros de Harry Potter para o lançamento de um novo volume da saga de J. K. Rowling, originou juízos divergentes. Indignado, o então deputado socialista José Lello levou o caso ao Parlamento, mas entre os que gostaram da ideia estava Francisco José Viegas, que viria a ser secretário de Estado da Cultura.

Entre outras instituições internacionais que praticam políticas de aluguer mais restritivas, Maria Ramalho lembra que o English Heritage, no Reino Unido, só cede espaços em oito dos 400 edifícios históricos que gere. Mas não faltam exemplos em sentido inverso. O Louvre tem uma estratégia assumida de atrair projectos cinematográficos – só em 2013, acolheu 120 rodagens – e um dos seus percursos expositivos mais procurados foi concebido a partir do filme *O Código Da Vinci*, baseado no *best-seller* de Dan Brown. Uma ideia que não choca Paula Silva: “Não pode ser o objectivo de uma política patrimonial, mas é um modo lúdico de nos apropriarmos do património.”

O último filme de Oliveira

Para Maria Ramalho, o problema, em Portugal, está na “suborcação da Cultura, que cria uma situação de miserabilismo em que se tem de recorrer a tudo para fazer dinheiro, e alugar é o mais fácil”.

A arqueóloga evoca o caso de sucesso da sociedade anónima de capitais públicos Parques de Sintra – Monte da Lua (PS-ML), que tutela os palácios nacionais da Pena, de Queluz e de Sintra, entre outros monumentos e parques, elogiando “o bom trabalho que está a fazer na recuperação dos espaços”. Mas lembra que “no tempo em que estes sítios estavam na esfera do MC, as burocracias eram muitas, não se podia contratar sem visto das Finanças, e o dinheiro que entrava tinha de ser distribuído”. Ora, argumenta, quando se “recorre a uma máquina de fazer dinheiro e se reinveste nos próprios espaços, tudo se torna mais fácil, mas o que se devia fazer era criar condições para que estas coisas funcionassem sem ser neces-
→

DESTAQUE

MONUMENTOS

sário retirá-las da órbita do Estado”.

António Lamas, que dirigiu a Parques de Sintra e foi o grande responsável pela concepção do projecto, não tem dúvidas de que este modelo “permite uma gestão mais flexível e expedita” e concorda que os directores “têm pouco dinheiro” e, no que respeita aos alugueres, “pouca capacidade para negociar valores e condições”. Mas a conclusão que tira é a inversa da que propõe Maria Ramalho: o Estado deveria replicar a experiência da PN-ML. E nota que, em Lisboa, a EGEAC, já “gere de forma bastante semelhante vários museus e salas de espectáculo”.

Numa sociedade que vive das receitas que gera, sem contribuições do Orçamento do Estado, e que dispõe de espaços particularmente atraentes para diferentes actividades, como os palácios da Pena ou de Queluz, seria de esperar que, ao contrário do que acontece na DGPC, o impacto financeiro dos alugueres fosse significativo. Mas Lamas assegura que, dos 27 milhões de euros arrecadados em 2016, o que se deve aos alugueres é pouco relevante. “Sintra vive do turismo e as bilheteiras são a principal fonte de receita”, diz. “Depois temos a restauração e as lojas, e só em quarto lugar vêm os alugueres.”

E acha que é bom que assim seja, porque “os alugueres não são a melhor solução para o património visitável e não devem ser a prioridade”. Alerta, em especial, para a cautela que é preciso ter com as filmagens, que “causam um desgaste brutal no património e apresentam riscos difíceis de contrariar nos contratos”.

Já tinha essa consciência no final dos anos 1980, quando dirigiu o então Instituto Português do Património Cultural, mas houve uma ocasião em que ela não lhe serviu de muito. “O Manoel de Oliveira queria filmar *Os Canibais* no Palácio da Ajuda. Aquilo metia fogos, o edifício não tinha saídas de fumo adequadas, e redigi uma informação negativa”, conta. “Mas do Presidente da República ao Governo, todos me diziam: ‘Desculpe lá, mas é o último filme dele e vamos ter de autorizar.’ Perdi essa guerra, mas felizmente acabou por não acontecer nada.” Salvo, claro, os 27 filmes que Oliveira realizou após *Os Canibais*, contando apenas as longas-metragens.

lmqueiros@publico.pt

Património nacional, modo de usar

Sérgio C. Andrade

Cabe à tutela decidir sobre o aluguer dos museus, monumentos e palácios nacionais. O preço pode ir dos 50 aos 40 mil euros

Há imagens do património mundial que nos chegaram através do cinema, da televisão, da publicidade. E algumas delas ficaram a povoar o nosso imaginário bem antes de (nos casos em que isso pôde acontecer) conhecermos esses lugares *in loco*. O Big Ben como cenário de uma cena de *suspense* numa das versões cinematográficas de *Os 39 Degraus*; o Empire State Building como último reduto de um King Kong acossado pelas balas da civilização; as galerias do Louvre como pista de uma corrida de Anna Karina e seus amigos *Bando à Parte* de Jean-Luc Godard.

Ou, no cinema e na televisão portugueses, a Universidade de Coimbra de *Capas Negras* (1947), primeiro filme de Amália; o Convento de Cristo como paço real de D. Sebastião em *O Quinto Império – Ontem como hoje* (2004), de Manoel de Oliveira; o Palácio de Queluz dos *Mistérios de Lisboa* (2010) de Raoul Ruiz; o Hotel Palace de Vidago da recente série da RTP *Vidago Palace*; ou a Casa de Serralves como fundo para a publicidade à EDP...

Que o património não é uma coisa morta, antes deve ser fruído no tempo presente, é um enunciado de bom senso. Mas que esse uso não deve pôr em causa a própria natureza patrimonial, na sua integridade, e mais ainda quando se trata de património público, é também um princípio que está mesmo estipulado em lei. O recurso a sítios do património cultural está enquadrado por um despacho assinado em 2014 pelos secretários de Estado da Cultura (Jorge Barreto Xavier) e adjunto e do Orçamento (Hélter Manuel



Os Jerónimos são regularmente usados para cerimónias oficiais, isentas do pagamento de taxas

Reis) do anterior Governo PSD-CDS.

O documento regulamenta a utilização de espaços dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) “numa perspectiva de rentabilização assente na qualidade e, sobretudo, na salvaguarda da sua especificidade e prestígio”, salvaguardando “uma utilização menos consentânea com as suas origens, com a sua dignidade ou com a sua mensagem cultural”.

Depois de explicar que a decisão final sobre a autorização do aluguer cabe sempre à própria DGPC, o documento anexa um conjunto de 23 museus, monumentos e palácios sujeitos a estas regras. Vão da discreta Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, em Lisboa (na qual pode apenas ser alugado o salão nobre), à Torre de Belém (que tem disponíveis a sala e o terraço do baluarte).

A lista detalha não apenas os lugares disponíveis (com respectivas lotações) para aluguer em cada um dos

casos referidos, mas acrescenta-lhe uma tabela de preços, que começa nos *cocktails* e jantares, passa pelos eventos culturais e académicos e chega à utilização para filmagens, seja para televisão, cinema ou fins comerciais (a que se aplica sempre a taxa mais cara).

Nesta tabela, chama a atenção a multiplicidade de espaços que os interessados poderão encontrar no Convento de Cristo: nada menos do que 22, da adega à Praça das Armas, das inúmeras salas aos vários claustros – num dos quais Terry Gilliam recentemente fez incendiar uma pira de 12 metros de altura. O preço que a produção do realizador britânico terá pago por dia para usar o claustro é de cinco mil euros – mas se a utilização tiver um fim comercial, poderá chegar aos 7500 euros/dia.

Mais caro é alugar o salão nobre do (antigo) Museu Nacional dos Coches – o novo edifício projectado por Paulo Mendes da Rocha não consta ain-

da deste quadro –, onde um jantar custa dez mil euros. Bastante longe, ainda assim, dos 40 mil que terá de desembolsar quem quiser organizar um jantar nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos. Na outra ponta da tabela, há salas do Museu Monográfico de Conímbriga que podem ser alugadas para eventos culturais ou académicos pela módica quantia de 50 euros.

Quem está dispensado do pagamento de qualquer taxa de ocupação são os órgãos de soberania: a Presidência da República (que, por exemplo, utiliza a sala de jantar do Palácio da Ajuda para a realização de banquetes oficiais), a Assembleia da República e o Governo (que a 1 de Janeiro do ano passado regressou ao Mosteiro dos Jerónimos para assinalar os 30 anos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia).

sandrade@publico.pt



Os alugueres não são a melhor solução para o património visitável, e não devem ser a prioridade

António Lamas

Ex-director da Parques de Sintra — Monte da Lua

Tout va très bien, senhor ministro



Opinião
Luís Raposo

Em cançoneta que ficou como hino às avestruzes, antes do eclodir da Segunda Guerra Mundial, um mordomo sossegava a sua ausente patroa, dizendo-lhe “*tout va très bien, madame la marquise*” — não obstante o rol de desgraças que iam acontecendo, até ao incêndio total do castelo. Ocorre-nos este paralelo ao tomarmos conhecimento da sucessão de “casos” que vem assolando o nosso património cultural e das intervenções do ministro da Cultura em face dos mesmos.

No caso das gravuras rupestres do Côa, nada de substancial disse o ministro sobre a fundação agora recauchutada e vamos a ver se efectivamente reforçada com o contributo da Ciência, que pode realmente ser decisivo, mas com tudo o resto destinado a correr mal:

apenas um presidente a tempo inteiro (alguém nomeado por confiança política, para ganhar como director-geral), numa administração em que ninguém percebe de arqueologia, museus, património ou mera gestão cultural (mas que deixa contente situação e oposição, que localmente se alternam); escassez extrema de pessoal (parte “emprestado” da Direcção Regional de Cultura do Norte); sem projectos aprovados para financiamento europeu; com um conselho consultivo pouco mais do que decorativo... e também sem director do museu (que em todo o caso o ministro garantiu ir ser recrutado por concurso público internacional — o que se saúda). Já quanto aos danos de que foram alvo as gravuras, foi enfático o ministro: não se pode ter um guarda em cada gruta (*sic*) e vândalos existirão sempre — no que ficamos a saber que podemos dispensar a polícia e a GNR por esse país fora. Nada de preocupante, pois. É como diz a canção: “*Tout va très bien, madame la marquise*.”

Quanto aos serviços de Arqueologia Naval e Subaquática, saiu da cartola que passarão

para Xabregas, uma espécie de fim-de-linha, com custos de adaptação estimados em cerca de um milhão de euros, para obra a durar um ano. Haverá dinheiro europeu, faltando apenas acrescentar que tal dinheiro, se chegar um dia (o que em si é duvidoso), destina-se à formação de quadros técnicos... e não a pagar alvenaria e trolhas. É como diz a canção: “*Un tout petit rien, madame la marquise*.”

O que se passa nos Jerónimos é caso de polícia e, como se viu já, o ministro não quer nada com gendarmes. Ficamos, pois, a saber que se comporta como caudilho, abdicando da responsabilidade política de tomada de posição imediata, e considera não comentável a existência dentro dos monumentos de entidades de direito privado, capazes de alugar espaços e de receber as respectivas rendas. Poderá aqui ou ali haver situações que relevem do foro criminal ou cível? Talvez, mas é como diz a canção, “*un incident, madame la marquise*”.

Em Tomar a coisa pia mais fino, quer dizer, quase imperceptível: uma fogueira de mais de uma

dúzia de metros de altura resume-se a fogacho pirotécnico; mais de quatro dezenas de garrafas de gás, que nenhuma ASAE autoriza em casa de pasto, são, como diz a canção, somente “*une bêtise, madame la marquise*”.

E, havendo espaço, poderíamos ir por aqui fora, citando exemplos como o dos automóveis plantados nas galerias do Museu Nacional dos Coches — o menos grave de todos, convenhamos.

Tanta acumulação de “casos” dá que pensar. E não é preciso muita perspicácia para ver o que os une a todos: uma mistura explosiva de falta de meios e ideologia liberal mercantilista, promotora do “fazer dinheiro” a todo o custo, algo que muitos dirigentes, por convicção ideológica, espírito escutista ou mero instinto de sobrevivência já incorporaram, legitimando o uso dos espaços como centros comerciais multituos. Situação com que estranhamente o actual ministro parece conviver bem, na sua postura *nonchalante* de desvalorização do que realmente acontece e anúncio para as calendas do cumprimento do programa do Governo (como

o fez mais recentemente em relação aos modelos de gestão dos museus nacionais).

Na verdade, tudo ajuda a que proceda assim. O regime político favorece cada vez mais este tipo de encenações: constroem-se anéis de segurança à volta dos ministros, uns dentro de casa, nos seus gabinetes, outros no próprio Parlamento, que não tem condições para aprofundar as matérias, e o contraditório, ou a mera cooperação, com quem domina os assuntos ou não existe ou é feito a destempo e sem consequências práticas. Depois admiram-se os espíritos bem pensantes com a descrença dos cidadãos na política; ou com aquilo a que chamam judicialização desta — talvez a única forma de responsabilizar os governantes ou de obter a documentação que se omite perante os cidadãos e até perante os deputados.

Assim vamos, pois, no património cultural. Sintomas acumulados da falência de políticas? Claro que não: pequenos nadas, apenas. “*Tout va très bien*”, senhor ministro.

Arqueólogo